



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 086

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i> .....	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i> .....	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i> .....	<i>Reni Pereira</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 086**

### **77ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 03

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 05

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior .....06

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati .....06

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....08

Liderança da Oposição

Dep. Reni Pereira.....09

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 11

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 11

1ª Discussão ..... 12

Requerimentos ..... 17

**Encerramento da Sessão .....17**

### **DIÁRIO Nº 086**

### **77ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2007**

(quinta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Cleiton Kielse.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Cláudio

Romanelli, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mamede, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato, (29).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Plauto Miró, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (23).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 238/07

SÚMULA:

Sugere medidas para que a Superintendência do INSS supra a falta de peritos na agência do município de Ibaiti.

Sr. Superintendente do INSS:

O Deputado Luiz Malucelli dirige-se a V. Sa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em nome da população do município de Ibaiti venho a presença de V. Sa. para solicitar medidas urgentes para que o INSS supra a falta de peritos na agência de Ibaiti.

II - O motivo da nossa preocupação é a denúncia feita pelo conceito jornal Gazeta do Povo, no último dia 13 de julho, sob o título “Agência do INSS, em Ibaiti, está sem perito há 5 meses”.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

INDICAÇÃO Nº 239/07

SÚMULA:

Sugere medidas contrárias à instalação de duas praças de pedágio no município catarinense de Garuva.

Sr. Ministro dos Transportes:

Os Deputados Nelson Justus e Luiz Malucelli dirigem-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em nome da população do município de Guaratuba e de todo o litoral paranaense e catarinense, reivindicamos que o Ministério dos Transportes posicione-se contrariamente à instalação de pedágios no município de Garuva.

II - O motivo da nossa preocupação é que circula informação que seriam instaladas duas praças de pedágio no município de Garuva, o que traria enormes prejuízos à sofrida comunidade paranaense e catarinense, que já lutam com grandes dificuldades.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

LUIZ MALUCELLI

### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 2216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justifi-

cado o não comparecimento à Sessão do dia 02 de agosto.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência em virtude de reunião de interesse da comunidade na Prefeitura Municipal de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 250/07, item 02 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão, moção de aplauso à Sra. Ilga Nihues Fernandes, a qual, no dia 27 de julho de 2007, no “1º Fórum da Mulher Empresária e Executiva” realizado em Paranavaí, foi homenageada pelos organizadores do evento com um painel dedicado exclusivamente à análise de seu “caso de sucesso” como mulher-empresária. Mãe de 6 filhos, proprietária da famosa Loja Santo Antônio e de outros empreendimentos em Maringá e Nova Esperança, a Sra. Ilga começou sua vida profissional como costureira e, devido a seu espírito empreendedor e tenaz, conseguiu se tornar comerciante de roupas reconhecida e admirada. Por seu exemplo - agora também reconhecido de público pelas suas colegas empresárias - Ilga é motivo de orgulho para sua família e para toda a sociedade de Paranavaí, e neste dia é com grande alegria que esta Casa de Leis a homenageia ao registrar em seus Anais, ainda que de modo breve, a sua história de vida.

REQUER à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento à Sra. Ilga Nihues Fernandes, na R. Manoel Ribas, nº 894, Centro, CEP 87701-000, no município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão, moção de aplauso ao Sr. Flávio Noslei Toste, o qual, no dia 27 de julho de 2007 tomou posse como Diretor da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Noroeste do Paraná - CACINPAR. É a segunda ges-

tão de Flávio à frente da CACINPAR. Empresário do ramo de fábrica de portas de madeira e artigos esportivos, Flávio reside no município de Alto Paraná e também foi Presidente da Associação Comercial e Empresarial desse município. É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis o homenageia ao destacar a mais recente eleição desse empresário de sucesso, cuja competência e dedicação é motivo de orgulho para todos os seus amigos e familiares.

REQUER à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Sr. Flávio Noslei Toste, na Av. Paraná, n° 2067, na cidade de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO N° 2214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. João Amauri de Araújo Andrade, taxista ponta-grossense seqüestrado na sexta-feira, 27 de julho e encontrado assassinado em uma fazenda na data de ontem, 01 de agosto. Que este voto de pesar possa expressar nossa indignação com a violência cometida e, ao mesmo tempo, apresente nossos sentimentos à família enlutada.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. Paulino Wagner, 280, Olarias, CEP: 84035-090, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI N° 540/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) DR. BATISTA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá, é uma associação civil de caráter filantrópico e assistencial, sem fins lucrativos, de direito privado regido pela legislação aplicável e por estatuto, a AMSM, tem por objetivo principal, apoiar as pessoas com problema de natureza mental em

suas necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais, contribuindo para diminuição do preconceito e viabilizando o exercício da cidadania, estimular ações e práticas alternativas de trabalho, criando condições para que usuários reconquistem sua cidadania, passando de tutelados a sujeitos de sua história.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

#### PROJETO DE LEI N° 541/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. João Preis.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) DR. BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. João Preis.

João Preis foi Secretário de Indústria, Comércio e Agricultura, quando num projeto bem elaborado e determinado fundou vários parques industriais e centros comerciais no município de Maringá. Sendo eleito Deputado Estadual em 1990, exerceu seu mandato com eficiência, elaborando diversos projetos de lei, que reverteram em benefícios para Maringá e para o estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que irá fazer justiça ao Sr. João Preis, um cidadão que muito fez pelo nosso estado, conforme confirma o seu vasto currículo.

#### PROJETO DE LEI N° 542/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel lote de terreno n° B-5ª, com área de 338.282,79m², oriundo da unificação do lote E-2, resultante da subdivisão do lote E; e glebas B-5 e B-7, situado no lugar denominado Varginha, no município de Pinhais, desta comarca, com as seguintes metragens e confrontações: inicia-se no marco de pedra colocado na divisa do terreno de Ernesto Bordignon, com a confluência do alinhamento da rua Projetada n° 02, seguindo ali pelo rumo 60° 16'NE na distância de 199,67m, onde se encontra com a margem do rio Velho, dali seguindo pela margem deste rio até encontrar a margem do rio Palmital retificado, subindo pela margem deste rio até encontrar o ponto 02 (dois),

continuando pela margem do mesmo rio com azimuth 16°02'48" na extensão de 92,00m, encontra-se o ponto 01, dali seguindo com o azimuth 58°56'20" na extensão 775,50m confrontando-se com o Jardim Fênix encontra-se o ponto 3 A, dali seguindo pelo rumo 33°01'SE na distância de 382,69m, confrontando-se com os lotes E1 e B4 chega-se a rua Projetada nº 01, dali seguindo pelo bordo desta rua no rumo 56°59NE, encontra-se a rua Projetada nº 2, seguindo-se esta rua no rumo 33°01'NO na extensão de 271,00m, até encontrar o final do bordo da rua, onde deflete-se 90°00' para a direita na distância de 16,00m até encontrar um marco de pedra, deflete-se 90°00' para a direita onde acompanha a bordo da rua Projetada nº 02, no rumo 19°56'SE com a extensão de 509,81m, onde encontra o marco de pedra donde se iniciou esta descrição. - Matrícula nº 31111 - Circunscrição Imobiliária da Comarca de Piraquara - PR.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destinar-se-á ao entendimento de programas habitacionais de interesse social gerenciado pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, precipuamente voltados as famílias de baixa renda, em especial, à regularização fundiária da ocupação existente no local.

Parágrafo Único. O não cumprimento ao disposto neste artigo implicará na reversão do imóvel ao patrimônio do estado do Paraná.

Art. 3º As despesas de escritura e registro serão pagas pela donatária.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A doação objeto do presente projeto, justifica-se pelo interesse público manifesto na emergência de regularização da área. Há 10 anos essa área, denominada Conjunto Renato Bonilauri, foi utilizada para recolocação de 625 famílias que viviam em situação precária nas margens dos rios em Pinhais. Após a relocação, não houve continuidade no processo de regularização e muitos lotes receberam novas construções, sendo que atualmente o local conta com aproximadamente 1.000 famílias.

Com a autorização da doação, o Poder Executivo propiciará à COHAPAR condições de implantar projeto de regularização fundiária da ocupação existente no local.

Diante do exposto e certo da importância do projeto de lei em tela, solicito que o mesmo seja apreciado por esta Casa Legislativa e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, ela chegará atrasada porque está numa reunião com os Prefeitos do interior do estado e pediu para que avisasse que chegaria com uma hora, ou 40 minutos de atraso.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Havendo declinado o Deputado Antonio Belinati, passa-se ao Horário das Lideranças: PTB, PDT, Bloco PSB/PL/PRB/PV. Com a palavra Deputado Pastor Edson Praczyk.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para fazer um registro. É notório que sou um dos defensores do uso do software livre, tanto para órgãos governamentais como para empresas de capital misto. O Governo Lula também defende o uso do software livre, mas está faltando uma certa sintonia dos ministérios com a pessoa do Presidente. O TRE, por exemplo, me exige a prestação de contas do partido - e aí falo também como Presidente do meu partido, o PRB - exige periodicamente a prestação de contas através de software que é fornecido gratuitamente pelo próprio TRE, que só roda em plataforma proprietária, só roda em Windows.

Passa a ser conflitante um Governo que defende o software livre e, de repente, os softwares que são produzidos para facilitar a sociedade, geralmente obrigam o usuário comum a adquirir uma plataforma proprietária, a gastar com equipamentos mais sofisticados, quando existe alternativa viável.

Recentemente o Governo Lula comemorou a implantação do Super Simples, e para minha surpresa, o software que está sendo disponibilizado para as empresas que adotaram o modelo Super Simples, são obrigados a utilizar a plataforma proprietária, que é um equívoco.

Aproveito a manhã de hoje para fazer esse registro, e até alardear aqui, de nossa autoria, existe a lei de utilização do software livre e, na sequência, a lei que força o Governo Estadual, quando desenvolver alguma ferramenta em software, alguma ferramenta de programa, que o mesmo tem que se disponibilizado tanto para a plataforma proprietária como para plataforma livre. Esse exemplo deveria ser seguido pela união, pelo Governo Federal, para que não se cometesse esse equívoco.

De um lado, as facilidades do Super Simples: a redução de impostos, a desburocratização no recolhi-

mento de determinados impostos e, de outro, o equívoco de não ter se previsto que deveria se desenvolver essas ferramentas de prestação de contas de software visando os usuários do software livre e, ainda, dando a prerrogativa, caso a pessoa não conheça, de conhecê-lo.

Então, aqui fica um registro positivo do estado do Paraná que, mais um vez, sai na vanguarda com essas duas leis de nossa autoria e, também, o incentivo que o Governo do Estado dá à utilização do software livre em âmbito estadual. O Governo do Estado tem feito isso desde o seu primeiro Governo.

Finalmente, a crítica ao Governo Federal por não terem - eles que possuem uma megaestrutura de programadores, analistas de computação e tudo mais - previsto que se deveria fornecer esse programa do Super Simples e tantos outros programas nos órgãos governamentais que são disponibilizados à sociedade que deveriam, também, ser disponível Open Source, código-fonte aberto, a exemplo do Linux e tantas outras ferramentas no mundo do software livre.

É o registro que fica, aqui, para os Anais da Casa e, posteriormente, que ecoe aí para o Governo petista, que diz ser defensor da utilização do software livre.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra Deputado Stephanes Júnior.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus; meus colegas Deputados e Deputadas; senhoras e senhores.

Pedi para usar este horário da Liderança do PMDB para abordar sobre o Regimento Interno da Casa, que vamos debater com mais profundidade, agora, neste 2º semestre.

Um dos temas que estou propondo é a mudança para quem se licencia da Casa para assumir o cargo de Secretário de Estado, ou Ministro de Estado, ou Secretário Municipal. São as 3 formas de a pessoa continuar como Deputado e poder se licenciar. Ao tomar essa decisão de assumir uma função importante, como Secretário de Estado, ou Ministro, ou o que for, ele tenha que optar, não mais possa manter gabinete nem verba de representação na Casa, como ocorre em Brasília, quando um Senador ou Deputado Federal se licencia para ser Ministro de Estado ou Secretário de Estado, que são os únicos 2 cargos que ele pode se licenciar. Hoje, temos praticamente 60 Deputados na Casa com as licenças, mas que isso ocorra pelo menos daqui para frente. Talvez, quem já esteja licenciado possa ainda manter, mas para os novos casos, que termine isso.

Na questão da licença médica, temos algumas situações interessantes. O nosso amigo Deputado Luiz Malu-

celli Neto, assim como o Miltinho Pupio, estão na função. Primeiramente, o Miltinho pediu uma licença médica, depois o Rui Hara assumiu como Secretário Municipal de Curitiba e em seu lugar assumiu o suplente, o Deputado Luiz Malucelli Neto. Eu não consigo entender como uma licença médica, de doença grave, hepatite C, possa a pessoa retornar para a Casa em 1 mês e pouco após o médico dar um laudo dizendo que ele tem essa doença e precisa se licenciar.

Queria pedir à Casa que peça ao médico esse laudo, que me mande, porque gostaria de averiguar. Acho muito esquisita essa situação, mas, apenas como medidas firmes. A Casa tem que ser firme nessas situações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN, Democratas.

(**Declinaram**)

PP, com a palavra, Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus, Dr. Batista, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, uma preocupação na manhã desta quinta-feira, primeira quinta-feira de trabalho após a volta às atividades do Plenário da Assembléia Legislativa.

Viajando pelos mais diferentes municípios do interior do Paraná, estamos constatando pessoalmente e com muita tristeza um esvaziamento, um empobrecimento do interior do Paraná. Até pelo problema de idade, acompanho a grande maioria dos municípios do Paraná, quando não havia asfalto; quando, por exemplo, de Londrina para se telefonar para São Paulo, tinha que pedir a ligação para a telefonista, de preferência a meia-noite e ficar torcendo para a ligação sair até 5, 6 horas do dia em que queria falar com São Paulo. Teve caso até do jornalista João Milanês, que nos conta sempre que para telefonar para São Paulo, ele saía de Londrina, viajava 150 quilômetros até Ourinhos, porque de Ourinhos para a capital de São Paulo era mais fácil a comunicação telefônica.

Hoje, Sr. Presidente, está aí o telefone fixo, o celular, a internet, a televisão, que antes o cidadão, meu caro Jamur Júnior, nosso grande pai da comunicação, teve um tempo que o cidadão fazia "fusquinha" para o vizinho, ele comprava um papel colorido e colocava na frente do televisor e dizia: "Sr. Jamur Júnior está com TV a cores." Hoje, está aí a TV colorida, SKY, TVA, TV por satélite, a cabo.

Creio que 100% dos municípios do Paraná já estejam totalmente contemplados com a pavimentação asfáltica.

Então, Sr. Presidente, o que verificamos é que houve uma melhora no tocante a infra-estrutura dos

municípios. Uma grande parte, todos têm escola, uma boa parte tem hospital, tem telefone, uma boa parte tem Juiz, Promotor, Delegado. Mas, está falando uma coisa. Teve um tempo que o povo saía do Japão, do nordeste, de Minas, do interior de São Paulo, vinha especialmente para a região norte do Paraná, porque não havia asfalto, não havia telefonia, não havia escola, mas, tinha uma coisa fundamental que era a plantação de café, que gerava emprego para multidões. Então, uma boa parte do povo trocava todo o conforto de uma cidade grande, até de um país bem mais adiantado do que o Brasil, como as pessoas que saíam da Itália, Alemanha e Japão e vinham para o Paraná, muito especialmente para o norte do Paraná.

Hoje, em que pese o asfalto, a telefonia, essa modernidade tecnológica, há um esvaziamento e um empobrecimento, porque no interior, Sr. Presidente, nobres Deputados, acabou o emprego. Não há emprego nas pequenas cidades. As cidades de porte médio, como a minha cidade de Londrina, está enfrentando um desemprego, que calculo de cerca de 40 mil pessoas, que estão desesperadas e aflitas atrás de um emprego. Secou, acabou o emprego. O norte do Paraná, antes era a mão de vinda, porque não tinha conforto, hospital, telefonia, escola, cinema, teatro e nem grandes praças de esporte, mas tinha o abençoado emprego para o nosso povo.

Sr. Presidente, estamos ocupando a tribuna no sentido de alertar as nossas autoridades, para que continuem um trabalho feito, por exemplo, com muita competência, pelo então Secretário da Indústria e Comércio, Nelson Justus. Chego a imaginar que o Secretário Nelson Justus poderia estar de volta, quando deixar a presidência, em uma Secretaria da Indústria e Comércio, para fazer brotar mais emprego para o povo.

Vejo com tristeza a mãe abraçando o filho ou a filha, que embarca no ônibus e vai para São Paulo, para os grandes centros, gente do Paraná indo embora para a Europa, China, Japão, para tantos outros países, porque aqui não há emprego. Alguns jovens, ao se despedirem de sua mãe e de seu pai, nesse abraço que pode ser o último, porque muitos vão e lá na frente recebem a notícia que a mãe ou o pai morreu, esse jovem vai para um grande centro, em um país de primeiro mundo, ali ele casa e forma a sua família e acaba se isolando da família que ele deixou aqui no nosso Paraná.

O caminho é o nosso Governo, o Governo do Paraná com o Governo Federal unirem forças - Deputado Romanelli, que acaba de chegar de Nova Iorque, onde viu o progresso do 1º mundo - e é preciso deixarmos de lado as siglas partidárias, vestir uma única camisa, que é a do Paraná, e trabalharmos todos no sentido de animar as autoridades, para que elas voltem a fazer o Paraná prosperar e gerar emprego.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Deputado Malucelli.

#### **O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)**

Presidente Nelson Justus, Deputado Belinati, primeiro parabenizar pela exposição de V. Exa.

Eu que venho do segmento da indústria e comércio, defendendo muito o emprego na cidade do interior. Temos que rever, sim, porque hoje a saída dos municípios do interior é a rodoviária. O senhor tem razão quando fala e expõe. Parabéns pela forma como o senhor coloca o tema.

Peço à Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná, que repense e reveja as ações do interior, assim como fez o ex-Secretário Nelson Justus, para que os filhos do interior fiquem no campo, para que a agroindústria seja incentivada.

Feliz daquele que vai para o Japão e para a Europa e tem um bom fim. A grande maioria, Deputados, ex-Prefeito Belinati, acaba na prostituição, infelizmente, se perdendo nos grandes centros. É uma ilusão achar que o cidadão de Londrina, Santo Antônio da Platina ou de Jacarezinho vai para São Paulo ou vem para Curitiba e vai se dar bem, porque aqui também não tem mais emprego.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

V. Exa. falou do agricultor. Plantamos a soja, aqui, vai para São Paulo, para ser industrializada e volta enlatada ou na garrafa.

#### **O Sr. Luiz Malucelli (PSDB) (Aparte)**

É o caso do algodão, aqui, e volta industrializado, com tributos e, infelizmente, o Paraná perde muito com isso.

Feliz da Casa e do estado que têm um Deputado do porte do senhor.

Parabéns!

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Muito obrigado, nobre e brilhante Deputado Malucelli.

Então, é isso, Sr. Presidente. Não há segredo. Não é um bicho de 7 cabeças. O Deputado Malucelli lembrou bem, temos a matéria-prima produzida com muito amor pelos nossos agricultores, é só dar uma injeção de ânimo e fazer com que esses produtos sejam industrializados aqui mesmo, fazendo circular mais dinheiro e gerar os empregos que hoje o nosso Paraná está carente.

Volto a repetir: há um visível empobrecimento, mas muito grande, muito grave, muito sério, dos pequenos municípios do Paraná. Isso não pode continuar, porque a consequência é terrível para a economia e para a felicidade do nosso povo.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PSDB; PT.

**(Declinam)**

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

## ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu retornei, cheguei essa madrugada de uma missão que a nossa Casa incumbiu e ao Deputado Durval Amaral, que era a de representar esta Casa na cerimônia em que a nossa Companhia Paranaense de Energia, a COPEL, foi homenageada pela Bolsa de Nova York. E foi, de fato, um momento histórico, dizia ainda, aqui, a Deputada Cida Borghetti, porque foi a chamada “COPEL Day”, ou seja, “COPEL Day” é um dia todo em que a Bolsa de Valores de Nova York tem uma série de eventos em que ela faz, na verdade, além, é claro, de prestar uma homenagem ao desempenho que a nossa Companhia Paranaense de Energia vem tendo, ela faz, na verdade, um conjunto de intervenções em que se possibilita, de fato, se aprofundar o tema COPEL. E o mais importante foi - além, claro, das entrevistas e da coletiva dada pelo Governador Roberto Requião aos meios de comunicação, no canal Blumberg, ao vivo, inclusive para os Estados Unidos e para o Brasil - a questão que envolveu um almoço entre os analistas e investidores financeiros, mais de uma centena, dentro da própria Bolsa de Valores de Nova York. Ela, de fato, foi muito importante.

Mas, o que mais eu queria chamar a atenção, na verdade, porque essa, é claro, foi uma viagem de trabalho, mas o que foi muito interessante, foram as declarações feitas, Deputado Rusch, pela Vice-Presidente Executiva da Bolsa da Valores de Nova York, em Wall Street, dela não podemos ouvir elogios que não sejam elogios frutos da análise que foi feita. Eles, na verdade, estão satisfeitíssimos com o significado da gestão que a COPEL vem tendo.

No início de 2003, a ação da COPEL daria como 1 dólar e 89. Hoje está cotado 16,80, já esteve em 18. Enfim, tivemos uma multiplicação fantástica do valor. Mas, ela diz assim, essa Vice-Presidente Executiva Noreen Culhane, diz que um estudo da instituição, a Bolsa de Nova York, concluiu que entre as empresas paranaenses com negócios na Bolsa, a COPEL é a que melhor se posicionava em 4 categorias: lucro líquido, patrimônio líquido, receita operacional e total de ativos. No país, segundo a Vice-Presidente da Bolsa, a COPEL é a melhor em seu ramo de atividade e modelo forte em governança cooperativa. Na realidade, ela falou da extraordinária boa gestão cooperativa que a COPEL vem experimentando. E as ações, na verdade, têm se valorizado.

Esse evento comemorou os 10 anos de lançamento das ações da COPEL na Bolsa de Nova York e foi um momento que, para nós paranaenses, Sr. Presidente, não tenho dúvida, é da maior importância.

Recebemos, e eu queria passar à Casa, como representante que fui da Casa, uma medalha que representa justamente esse evento. Como representante do Poder Legislativo eu não tenho a medalha como me foi dada,

mas é uma medalha da Bolsa de Nova York, celebrando o 10º aniversário da venda das ações da COPEL e do desempenho que a COPEL está tendo na própria Bolsa de Nova York e da cerimônia chamada “Closing Bell Cerimony” que é a cerimônia de tocar o sino para encerrar o pregão. É muito interessante. É muito simbólico isso. Afinal de contas, estamos na capital financeira do mundo, naquele local histórico das forças do capitalismo. Vem uma empresa, uma companhia de energia como a nossa, que é administrada por um político de Esquerda, na capital financeira do mundo, naquele templo do capitalismo, do neoliberalismo, eu penso que a gestão que tem sido feita é muito boa, porque, afinal de contas, é feita essa análise pelos analistas internacionais.

Quero passar à Casa esta lembrança, porque ela é importante justamente porque, de fato, representa um momento importante para todos nós paranaenses. Não tenho dúvida.

**O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)**

Solicito um aparte.

**(Assentimento)**

Queria cumprimentar V. Exa. e a comitiva do Governo. Agora, fiquei um pouco contrariado, Deputado Romanelli, V. Exa., o Governador Requião ajoelhando-se no templo do capitalismo, vibrando com o touro de Wall Street e no começo do ano, vinha a Carta de Puebla, o Governo de Esquerda, enfim, e também a questão de que quando dizem que a COPEL é nossa, queremos saber que parte nossa que está na bolsa, em Wall Street, porque realmente, a contrariedade vem tomando conta de V. Exa., Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, gosto de apartes bem humorados. Acho que foi inteligente. O que eu queria dizer, é o seguinte: efetivamente um Governo de Esquerda ser homenageado - e olhem só, têm as fotos - na Bolsa de Wall Street, na entrada tem uma grande bandeira americana. Naquele dia, junto com a bandeira americana estava a bandeira do estado do Paraná, a nossa bandeira. Todos nós paranaenses fomos homenageados. Por quem? Pelos 16 mil acionistas americanos que estão muito satisfeitos com o desempenho que a COPEL está tendo, com a lucratividade que as ações dela estão permitindo.

**O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

V. Exa. permite um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Romanelli, ouço com alegria o vosso pronunciamento e quero dizer o seguinte para a Assembléia Legislativa: quem te viu e quem te vê! Quando o ex-Governador Jaime Lerner levou a COPEL na Bolsa de Nova York e muitas vezes, Sr. Deputado, temos que lembrar o passado, porque quem não tem passado, não tem história. Como nós temos história, é por razão que temos um passado, ao menos para questionar alguns temas que



são levantados. Aliás, tenho lembrado muitas vezes aqui da tribuna e tenho dito o seguinte: que só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa, que é o tempo. O tempo nos encarrega de confirmar a veracidade ou de desmentir. O tempo é a razão de ser. Por isso, quem te viu e quem te vê! Quando o ex- Governador Jaime Lerner levou as ações da COPEL à Bolsa, naquela oportunidade, opositores ao Governo Jaime Lerner diziam: vão entregar a COPEL para os estrangeiros! Isso é o caos, isso é o fim! E agora, estamos vendo o Governador Roberto Requião ir à Bolsa de Nova York bater o sino. Daria para dizer o seguinte: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Ou até uma outra frase: pimenta no olho do adversário sempre é refresco.

Então, realmente quero parabenizar V. Exa. Deputado Romanelli! Sei que a Casa estava muito bem representada em Nova York por V. Exa. e pelo Deputado Durval Amaral. O Governador do Estado do Paraná esteve no centro do capital econômico mundial, batendo o sino da Bolsa. Parabéns a V. Exa.! Agora, quem te viu e quem te vê!

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, penso que a grande questão, na verdade, é que nunca foi questionada a abertura do capital, até porque quem iniciou esse processo foi o próprio Governador Requião, ainda no 1º mandato. O que sempre questionamos, efetivamente, foi a venda da COPEL, que é uma outra questão que não vamos entrar aqui agora, porque é um assunto que já foi demasiadamente discutido.

Mas, o que importa dizer, na verdade, é que a despeito das questões todas que envolvem muitas vezes a política nossa do dia-a-dia, e aqui faz parte mesmo desse nosso embate político o Deputado Durval Amaral, que aliás representou muito bem a Oposição, porque sempre se manteve extremamente independente e firme na sua postura como analista, mas foi importante, de fato, este Poder Legislativo participar, porque fomos também devidamente respeitados naquele evento e foi seguramente, Sr. Presidente, um momento importante que vivemos, porque seguramente isso só alavanca mais investimentos para o estado do Paraná, cria um ambiente, como a discussão que tivemos inclusive com outros setores e outros empresários. Há um ambiente favorável a investimentos no estado do Paraná e penso que o Governador Requião tocar o sino para fechar a Bolsa naquele dia 31 de julho foi o exemplo que o famoso “risco Requião”, que tanto se propalou, é uma bobagem absoluta, porque quem concedeu essa honraria, essa homenagem pelo desempenho e pela boa gestão, foi lá no templo do capitalismo, lá em Wall Street, na Bolsa de Valores de Nova York e pelas boas palavras da Vice-Presidente Executiva.

E aliás, Deputada Cida, lá também na Bolsa as mulheres estão mandando. Recentemente, ainda, a Presidente era mulher. Elas têm o comando da Bolsa de Valores de Nova York! É impressionante isso e as analistas

financeiras, você vê que tem muitas pessoas que são do gênero feminino.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, quero concluir registrando a hercúlea satisfação de, como paranaense, ter presenciado essa homenagem ao lado do Deputado Durval Amaral, representando esta Casa, e seguramente o Governador Requião teve um dos melhores momentos dos últimos tempos por conta dessa bela homenagem que recebeu a nossa Companhia Paranaense de Energia e toda a Diretoria da COPEL, representada pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças, mas que toda ela é responsável, junto com os servidores e funcionários, o conjunto de profissionais que constroem essa empresa.

O Governador Requião inclusive anunciou a construção de novos investimentos no setor de energia e temos que discutir aqui, inclusive, Sr. Presidente, eu e o Deputado Durval Amaral voltamos com o compromisso de discutir a questão das PCHs, que é um tema que tem que ser discutido e debatido por esta Casa e talvez seja o caso de começarmos de novo uma discussão desse tema, zerando o que temos. Mas, isso é um tema para ser tratado e vamos discutí-lo para poder, de fato, encontrar uma solução, e certamente vamos ter ainda novos e bons investimentos, que vão melhorar cada vez mais o desempenho da nossa COPEL e do estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência dá boas-vindas ao Deputado Romanelli, e tem certeza de que esta Casa foi muito bem representada tanto por V. Exa. como pelo Deputado Durval Amaral. Sejam bem-vindos!

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Reni Pereira (PSB)***

#### O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, quero usar esse horário aqui cedido pelo Vice-Líder Elio Rusch, e dizer que em nome do bloco nós não enviamos ninguém, mas confiamos que o Deputado Durval Amaral ia realmente, junto com o Deputado Romanelli, representar esta Casa nesse momento importante para os paranaenses. E dizer aqui para o Deputado Romanelli que enquanto ele estava lá, a grande dúvida que pairava aqui no Paraná, face algumas notas no jornal, era: quem, realmente, que colocou a mão no badalo, não o do sino, mas eu quero agora, brincadeiras à parte, quero falar de uma coisa séria.

Hoje foi veiculado no jornal Gazeta do Povo uma matéria sobre uma denúncia, que já chegou nesta Casa há mais de 5 meses. Quando chegou essa denúncia, eu de pronto levei ao Líder do Governo, entendemos por bem, como a denúncia era anônima, dar um tempo, até porque efetivamente poderia ocorrer algumas coisas, se é que esses fatos efetivamente ocorreram. Mas hoje houve a divulgação. Fui procurado ontem pelo jornal e disse que

esse tema não tinha sido discutido na Comissão de Fiscalização. Eu tinha recebido essa denúncia, porque era uma denúncia, mas estávamos aguardando, porque nessa denúncia também havia sido citado que o Ministério Público tinha tomado ciência dessas irregularidades na 1ª Delegacia da Receita. Mas, enfim, saiu a publicação hoje e acho que agora, não só a Comissão de Fiscalização da Casa, mas acho que é de interesse do próprio Governo, até porque tanto o jornal quanto eu fui bem claro, a denúncia ainda é anônima, porém ela traz cópias de documentos, traz relatos que parece que se aproximam de um fato concreto, e um fato que se efetivamente ocorreu é gravíssimo.

Então, quero deixar bem claro que a Comissão de Fiscalização ainda não tomou conhecimento oficial, porque eu recebi de forma anônima essa denúncia. Quando recebi dei ciência ao Líder do Governo, e entendemos por bem dar um tempo, mas infelizmente a publicação saiu e acho que agora vamos ter que tomar alguma providência.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, penso que esse tema tratado pelo Deputado Reni Pereira, havíamos conversado, é verdade, já há alguns dias atrás sobre esse tema. E ele me relata, eu não tive oportunidade, porque chegamos mais de duas horas da manhã dessa madrugada, não li o jornal e não vi a denúncia, mas ele me disse que a denúncia está publicada no jornal com o nome da empresa, as pessoas, enfim. Penso, Sr. Presidente, claro que a Casa tem que buscar esses esclarecimentos, mas eu penso também que temos que tomar um certo cuidado com uma única coisa, porque esses temas são cobertos pelo sigilo fiscal da atuação do fisco. Então, é um risco muito grande de expor uma empresa, mesmo que ela seja de um parente de um Delegado da 1ª Delegacia, que até não conheço pessoalmente, mas independente de quem seja, a empresa tem que ser preservada, e claro, preservado o interesse público, mas temos que tomar muito cuidado com esse tema. Acho que a Casa tem que buscar os esclarecimentos, mas tomarmos o cuidado de não expor a empresa de forma demasiada, até porque senão nós vamos estar - V. Exa. inclusive sabe, como auditor fiscal que é - incorrendo, na verdade, na medida que possamos romper o sigilo fiscal de uma empresa, de uma atuação, nem é uma atuação, uma atuação, é um risco muito grande.

Então, de fato é necessário que possamos agir, mas agir com essa cautela de preservar a empresa, porque senão daqui a pouco, deixaremos muita gente exposta de forma indevida, qualquer que seja a empresa. Acho que temos que tomar um certo cuidado em relação a isso. No mais, temos que avançar, sim, na discussão.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Só para concluir então, Sr. Presidente, essa cautela nós já tivemos quando não noticiamos, até porque a

denúncia veio anônima. E mais uma vez quero deixar bem claro, como o Líder do Governo afirmou, que devemos buscar, sim, as informações oficiais, mas de forma cautelosa, porque envolve o sigilo fiscal. Se é que esses fatos ocorreram, aí solicitaremos ao Ministério Público e ao Poder Executivo as medidas cabíveis ao caso.

Muito obrigado!

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Gostaria de convidar as Deputadas e Deputados para uma Sessão Solene que realizaremos amanhã em Ponta Grossa. Faz parte daquela descentralização que o Deputado Nelson Justus propôs ao assumir o comando desta Casa, que Sessões seriam realizadas no interior.

Amanhã faremos a Sessão Solene que vai outorgar o título de Cidadão do Paraná a 4 ilustres pessoas de Ponta Grossa: o Padre Wilton, que é da igreja católica, que tem um trabalho no estado e até internacional; o Sr. Barros, que é espírita e ligado a muitos movimentos e um dos mais importantes das obras sociais de Ponta Grossa; o Major Alfredo Class, um dos grandes heróis da 2ª Guerra mundial, hoje com 94 anos e, por fim o título para o ex-Prefeito de Telêmaco Borba, 4 vezes Prefeito, o Sr. Calor Hugo Wograffen.

Será a solenidade no Cine Teatro Ópera às 20h. Oportunidade também que a Câmara Municipal de Ponta Grossa vai entregar um título, *in memoriam*, ao ex-Prefeito desta Casa, o Deputado Anibal Khury. Será uma Sessão conjunta com a Assembléia Legislativa.

Convido a todos. Agradeço o cerimonial desta Casa, as pessoas envolvidas que estão preparando uma cerimônia muito bonita e haverá de mostrar que a Assembléia Legislativa também vai para o interior.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência ratifica o convite do Deputado Jocelito Canto. Uma Sessão conjunta com a Câmara de Vereadores e que leva a assinatura do Deputado Jocelito Canto e dos Deputados da cidade. Esta interação é muito importante neste momento.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia 5 de junho aprovamos um pedido de informações ao Governo do Estado, requerendo informações acerca do depósito ou remessa dos 25% provenientes de compensação ou transação de créditos tributários estaduais que devem ser deixados aos municípios, de acordo com a Lei Complementar nº 063/90.

Acredito que a Assembléia Legislativa deve ter enviado, no máximo, dia 15 de junho e até o presente momento não recebemos a resposta com as informações.

Solicito a V. Exa. que determine à diretoria que faça um levantamento de quando foi enviado esse requerimento, porque existe um prazo legal para o Governo do

Estado responder os pedidos de informações, que é de 30 dias. Inclusive, não queremos evocar a Lei Complementar Decreto nº 201, que disciplina os atos do Executivo em relação ao não cumprimento de qualquer pedido de informação, que incorre num crime de responsabilidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa tomará as devidas providências para que V. Exa. obtenha a resposta de seu requerimento.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 238/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Superintendente do INSS, medidas para que a Superintendência do INSS supra falta de peritos na agência do município de Ibaiti. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 239/07, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Luiz Malucelli, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Ministro dos Transportes medidas contrárias à instalação de duas praças de pedágio no município catarinense de Garuva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2216, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 02 do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instalação de coletores de lixo reciclável nas universidades,

faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CICT. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

**Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-açúcar e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CICT.

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, este projeto que já está em 2ª discussão - penso que talvez tenha constado na Ordem do Dia de ontem - é um projeto que *cria uma Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-açúcar e dá outras providências.*

Na verdade, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento para retirada por 10 Sessões deste projeto, para que possamos analisá-lo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Em votação o Requerimento nº 2219, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 250/07. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 250/07.

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que disciplina a utilização de eletrotermofototerapia em clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que obriga a inclusão do telefone e endereço do órgão de fiscalização do estado em defesa do consumidor - PROCON-PR, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCD E CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/07, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira, que dispõe sobre a orientação aos consumidores à exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCD E CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que obriga a divulgação do custo de produto colocado à venda. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CICT. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 348/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, obriga a divulgação, de forma visível, do custo de produto colocado à venda.

**Fundamentação**

O projeto de lei em questão, tem por objetivo deixar mais transparente a relação de consumo, encontrando uma maneira de proteger o consumidor de preços abusivos e propagandas enganosas. Quanto à proteção do consumidor, encontramos na Constituição Federal:

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*V - Defesa do consumidor.*

Visando efetivar a defesa do consumidor, a Constituição em seu artigo 24, XIII, estabeleceu a proteção ao consumidor como de competência concorrente da união, dos estados e do distrito federal.

A união, através da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), estabeleceu normas gerais em relação à defesa do consumidor. Entretanto, isto não retira a competência dos estados, que ainda podem legislar de forma suplementar, uma vez que a defesa do consumidor é de competência concorrente. Desta maneira esclarece a Constituição Federal:

*Art. 24. (...)*

*§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu livro Curso de Direito Constitucional, forma suplementar

é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

Como as normas gerais não estabelecem nada à respeito da disponibilização do custo dos produtos que estão sendo vendidos, o estado está exercendo sua competência legislativa dentro da legalidade e constitucionalidade.

Com relação à técnica legislativa, o projeto não traz incorreções, atendendo aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Entretanto, após análise da Constituição Federal, não resta dúvidas quanto à constitucionalidade do projeto de lei.

Desta forma, em sede de análise prévia, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 348/07

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, obriga a divulgação, de forma visível, do custo do produto pago pelo comerciante junto à fábrica, fornecedor ou distribuidor.

Conquanto vislumbra-se a intenção protetora dos direitos do consumidor por este projeto de lei, o mesmo não deve prosperar já que dispõe contra os princípios constitucionais norteadores da economia, conforme será demonstrado adiante.

Dispõe o artigo 170 da Constituição Federal:

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*I - soberania nacional;*

*II - propriedade privada;*

*III - função social da propriedade;*

*IV - livre concorrência;*

*V - defesa do consumidor;*

*VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;*

*VII - redução das desigualdades regionais e sociais;*

*VIII - busca do pleno emprego;*

*IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.*

*Parágrafo Único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independen-*

*temente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.*

A fixação dos preços dos produtos pagos pelo comerciante diretamente do produtor, fornecedor ou distribuidor, além de ser inviável em certos casos, fere frontalmente o princípio da livre concorrência, confrontando, ainda, indiretamente com os outros princípios previstos no artigo supracitado.

Com a fixação dos preços, os pequenos empresários seriam lesados, haja vista que as grandes empresas pagam preços muito inferiores dos produtores e fornecedores em razão da grande quantidade de produtos comprados pelos mesmos, ofendendo desta forma o princípio da livre concorrência.

O princípio da livre concorrência concerne às diversas formas de manifestação que ele pode vir a ter, como no preço de mercadorias e serviços, na qualidade destes, dentre outros exemplos. Isso é o que conduz à atividade concorrencial e de cunho competitivo dos mais variados agentes, os quais acabam por oferecer aos compradores produtos assemelhados, o que, por sua vez, proporciona a otimização de recursos econômicos e preços acessíveis, na exata proporção em que, por meio da concorrência recíproca previne-se o desenvolvimento de lucros excessivos e contrários à ordem instaurada, bem como eventuais abusos que possam ser cometidos referentemente ao poderio econômico.

Portanto, o presente projeto de lei prejudicaria o princípio da livre concorrência, na medida em que suprimiria do comerciante a liberdade de fixação do preço.

Outros fatores pelas quais não deve prosperar o presente projeto de lei é sua inviabilidade, a possibilidade de fraude e a impossibilidade de uma efetiva fiscalização pelo Órgão de Defesa do Consumidor.

O artigo 1º do presente projeto dispõe “comerciantes ficam obrigados a afixar, bem visível, quanto custou cada produto colocado à venda pela sua loja ou empresa”. Ocorre que alguns produtos não são passíveis de individualização do preço, como os do gênero alimentício.

Ainda conforme a justificativa o projeto, o objetivo do mesmo é proteger o consumidor contra a publicidade enganosa e abusiva. Entretanto, a inserção deste projeto no ordenamento jurídico não resolveria tal problema, pelo contrário, prejudicaria ainda mais o consumidor e o pequeno empresário.

Outrossim, o próprio Código de Defesa do Consumidor já prevê outros meios para coibir tal prática publicitária abusiva, como a imposição de multas e a tipificação de tais práticas como crime. Ainda, existe o PROCON e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica responsáveis pela fiscalização da publicidade comercial.

Assim, ante a finalidade do presente projeto, não parece ser a melhor forma de proteger o consumidor de publicidade abusiva ou enganosa a imposição ao empresário de afixar os preços dos produtos pagos ao produtor, distribuidor ou fornecedor.

Portanto, em face do exposto, opino desfavoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
MAMEDE - Relator

Há parecer favorável da CCJ e parecer contrário da Comissão de Indústria e Comércio. Por esta razão, a votação será procedida de maneira inversa.

Portanto, os Deputados contrários permaneçam como estão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Qual é o item que está em votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O item nº 06 da pauta: 1ª discussão do Projeto de Lei nº 348/07. Há parecer favorável da CCJ e parecer contrário da Comissão de Indústria e Comércio. Como o parecer é contrário, vamos fazer a votação de maneira inversa.

Os Deputados que rejeitam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Na verdade, confesso que não tinha tomado conhecimento deste projeto e só li uma frase. Acho que, sinceramente, o projeto merecia melhor análise desta Casa antes de ser aprovado. Sugiro ao autor, Deputado Antonio Belinati, que seu projeto pudesse ser retirado da Ordem do Dia de hoje. Sei que V. Exa. estudou-o, mas confesso que flagrantemente verifiquei uma profunda inconstitucionalidade, inclusive uma dificuldade material de poder de fato identificar quanto custou o copo ou o pires, já que hoje nós estamos ainda sob o clima do capitalismo. Um comerciante adquire no atacado um pires e vai vendê-lo em sua loja. Aí ele tem que dizer o seguinte: “Esse pires custou para mim 0,06 centavos e vou vender por 0,09 centavos”. Vai ter que ter a informação na prateleira do comerciante. Reconheçamos aqui que contraria a ordem econômica e fundamentalmente desnatura a própria livre iniciativa.

Penso que a Casa tem que analisar melhor o projeto, foi isso que li e entendi dele. Acho que entendo a questão do Deputado Antonio Belinati num tema que até já estou imaginando onde ele quer chegar. Mas seguramente acho que temos que analisar melhor. Sugiro ao autor que retire o projeto para que possamos analisar melhor e até se for o caso, adequá-lo àquilo que ele quer efetivamente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente fiquei assustado agora porque estou vendo, além do Líder do Governo, estou vendo um

bacharel falar. Não sou advogado, o Deputado Romanelli é bacharel em Direito, e ele diz aqui que houve um flagrante erro da Comissão de Justiça desta Casa. Pelo menos foi o que ele acabou de dizer. Ele diz que é inconstitucional o projeto.

Volto a perguntar aos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Justiça desta Casa. Não vamos pagar mico, tem que parar de passar projeto inconstitucional, isso desgasta o Poder Legislativo. Leis que não são cumpridas depois e que só desgastam esta Casa. Pergunto aos membros da comissão, Srs. Deputados, quando nós mandamos, e eu tenho tido todo o cuidado quando mandam um projeto àquela Casa, quando passa pela Comissão de Justiça, para evitar que ele seja inconstitucional. Nós procuramos sempre manter a linha da constitucionalidade para ele poder chegar até o plenário. Agora, não é justo que alguns projetos estejam passando na Comissão de Justiça vindo a plenário, quando não tem legalidade. Isso é ruim para o Parlamento, isso dá margem para que alguns Deputados façam um projeto e digam: “Olha, eu fiz e a Assembléia não quis aprovar”. Isso é contra nós. Já vi projeto aqui nesta Casa de Deputado que pedia autorização para dar uma cesta básica para cada pessoa dos bairros. Isso não pode ser feito, o projeto é totalmente inconstitucional! Isso não pode passar na CCJ! Se tem uma lei, ela tem que ser cumprida.

Quando escuto aqui o nosso eminente Líder do Governo e nosso bacharel Deputado Romanelli dizer que é inconstitucional o projeto, com todo o respeito, Deputado Antonio Belinati, acho que se esse projeto é inconstitucional não podemos votar, porque senão esta Casa cai no ridículo de daqui a pouco derrubar o projeto e passarmos vergonha lá fora.

Por isso, peço aos demais companheiros, acho que o Deputado Romanelli tem razão de pedir para adiar. E pediria a alguém da Comissão de Justiça que está aqui que me explicasse, que tem um parecer. E agora um membro da CCJ diz que é inconstitucional. Não dá! Sr. Presidente, com todo respeito, acho que temos que ter um pouco mais de cuidado, porque depois vamos ouvir a imprensa dizendo: “Deputados aprovaram projeto inconstitucional e que não vale para nada”.

Obrigado”

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**

Em relação à CCJ, quero dizer que esse projeto está acobertado pela própria Constituição Federal, porque tem um artigo que diz que o consumidor tem direito de saber, detalhadamente, a título de imposto. Porém, acho que o foco que o Líder do Governo dá é que esse projeto, na prática, não tem como ser implantado. Agora, vício de inconstitucionalidade não pode ser acometido, porque o Relator, que eu não sei quem foi, provavelmente se baseou nesse dispositivo da Comissão, porém, a CCJ também tem que analisar a legalidade. Sob o aspecto da legalidade e principalmente da dificuldade de se implantar esse projeto é que acho que são os argumentos do Líder

do Governo. Agora, a inconstitucionalidade, não. Ele é constitucional, porque a Constituição da República garante o direito do consumidor de saber o que é o preço do produto e o que é cobrado, a título de imposto.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Para Encaminhar)**

Ouçó o Deputado Jocelito Canto fazendo seus comentários sobre a CCJ. Já falou o Deputado Reni Pereira que o projeto é constitucional. É importante salientar também que na CCJ, se existir parecer contrário, vai para votação. A maioria que decide, e se está aprovado pela CCJ pode ser apreciado.

Quero dizer que vou votar contrário a esse projeto, respeitando a outra comissão que analisou o mérito do projeto, analisou tecnicamente o projeto e não analisou constitucionalidade.

Gostaria de pedir ao Deputado Belinati, com todo o respeito que tenho por ele, o admiro muito, se ele concordaria em também votar contrário, respeitando a outra comissão da Casa. Devemos respeitar as comissões e por isso respeito a CCJ, mesmo que de repente o projeto foi aprovado pela maioria dos Deputados, no caso aqui a unanimidade, discordando do Deputado Jocelito Canto.

Quero lembrar também que aprovamos na CCJ um projeto que previa alteração, modificação de cargos pelo Governador, que também acho inconstitucional, inclusive fomos com ação no Tribunal de Justiça que estão esperando a resposta. Mas mesmo assim, respeitei a CCJ.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Retiro o pedido para que possamos adiar e penso que já que os Parlamentares tomaram conhecimento do projeto, e o relato do Deputado Mamede, que é o Relator do parecer da Comissão de Indústria e Comércio, que é o parecer desfavorável ao projeto, penso que é suficientemente claro em relação que atenta ao princípio da livre concorrência o presente projeto de lei. Embora até entenda a boa intenção do nosso querido ex-Prefeito e talvez quase Prefeito Antonio Belinati, seguramente é importante que votemos isso e possamos resolver aqui pela Casa este projeto.

#### O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)** Perfeitamente!

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, ainda que seja apenas o meu voto, vou manter o projeto, porque o consumidor brasileiro tem sido enganado, quase que todos os dias. Campanhas fantasiosas, enganosas, mentirosas no rádio, na televisão, nos *outdoors*, em panfletos, alguns comerciantes inescrupulosos que anunciam até campanhas de descontos

faraônicos que não existem: “Compre na loja X, desconto de 40, 50%; compre na loja X, está mais barato que na fábrica”.

Sr. Presidente, foi dito aqui que o projeto é constitucional, que nós consumidores temos o direito de saber de todos os detalhes, quanto custou a mercadoria e por quanto está sendo vendida.

Lamento que o nobre Deputado Romanelli tenha dito aqui que um comerciante não é capaz de dizer o quanto ele pagou no pires ou na xícara. O nosso projeto é claro, está bem explicativo, dizendo que o comerciante, ao colocar esses detalhes do custo do produto que ele está colocando à venda, ele não poderá embutir ali quanto que ele está pagando de empregado, de luz, de telefone, de eventual aluguel, IPTU. Apenas clarear para o consumidor se aquele automóvel custou 20 mil para revenda, por quanto está vendendo. Como é que o comerciante não vai saber?

Creio, Sr. Presidente, que os nobres colegas que aprovam cada projeto aqui, fantástico, de repente vão negar à opinião pública do Paraná o direito até de disciplinar essas campanhas publicitárias que apenas enganam e ludibriam a fé do nosso público consumidor. Não estamos querendo acabar com o lucro do comerciante, não. Aqui é um país capitalista, ele está vendendo, trabalhando, tem o direito de ter o seu lucro, mas o que queremos é que o consumidor fique sabendo. Vai comprar um televisor, vai pagar R\$ 900, quanto custou para a loja, R\$ 400, R\$ 500. De repente, a nossa Assembleia Legislativa vai negar ao povo do Paraná o direito de saber quanto custou aquela mercadoria, para saber se o consumidor não está sendo enganado.

Ainda que eu seja o único voto, vamos manter o projeto, vamos dizer ao Paraná que trouxemos a esta Casa um projeto que creio seria muito bom para o comerciante decente, para o comerciante que não engana o consumidor, um projeto oportuno para quem vai à loja fazer a sua compra.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Até entendo a boa intenção do Deputado Belinati. Acredito que poderíamos fazer o seguinte: em 2ª discussão, tentar aplicar um substitutivo, porque é interessante manter no projeto a divulgação dos impostos. O custo praticamente se torna inviável. Mas, se acontecesse como acontece nos Estados Unidos, como acontece na Europa, e quem viaja sabe que isso acontece nesses países de 1º mundo, um cidadão vai comprar um produto numa loja e fica sabendo quanto aquela loja paga em impostos. Seria realmente muito interessante.

Então, o meu encaminhamento é a favor do projeto para que em 2ª discussão pudéssemos alterar esse projeto, que é muito interessante, para que os consumidores possam ter ciência do imposto que cada cidadão paga em cada produto. Acho interessante para o estado do Paraná.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, só como informação à Casa. No custo do combustível, que você paga em qualquer cidade brasileira, que hoje está em torno de R\$ 2,80; R\$ 1,25 é imposto e o consumidor não sabe disso.

Então, a idéia e a autoria do projeto do nobre Deputado Belinati vem de encontro para que a sociedade tenha mais clareza daquilo que está pagando e qual o custo Brasil, qual o custo estado do Paraná, qual o custo das cidades brasileiras para que esse mesmo contribuinte possa exercer o seu direito pleno de reivindicar os serviços sociais. Temos no Brasil impostos de 1º mundo e serviços de 10º mundo, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Vai se proceder à votação.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, permanecem como estão.

Está **rejeitado** o projeto.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Antonio Belinati.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Onze Srs. Deputados aprovam o projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Doze Srs. Deputados rejeitam o projeto.

**Está rejeitado o projeto.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Não deu quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há quórum para votação, sem dúvida nenhuma.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Acho que tem alguns Deputados que se abstiveram do voto. Tenho presenciado que alguns Deputados não votaram nem contra e nem a favor. Para tanto, peço chamada nominal.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, eu queria pedir revisão de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Temos 20 Deputados na Casa. Houve abstenções, sem dúvida nenhuma.

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti para que proceda à chamada nominal. Se houve quórum, o projeto está rejeitado.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

**(Procede à chamada nominal).**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
São 28 Deputados.  
**Está rejeitado o projeto.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Alto Piquiri. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/07, de 21/05/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 364/07

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi tem como escopo a doação de imóvel ao município de Alto Piquiri, no qual já encontra-se em funcionamento uma escola municipal.

##### Fundamentação

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

##### Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.07.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 364/07

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, dispõe sobre a doação de terreno de propriedade do estado do Paraná ao município de Alto Piquiri.

O projeto já recebeu parecer favorável da d. Comiss. de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a relatar, entende que a proposição irá trazer benefícios ao município de Alto Piquiri, e para garantir o fim proposto no artigo 2º do projeto, acresça-se ao mesmo o parágrafo único, conforme segue:

“Parágrafo Único. Que a doação tenha o destino específico para manutenção da escola municipal, não podendo ter outro fim, sob pena de a presente lei tornar-se sem efeito, retornando o imóvel ao patrimônio do estado do Paraná.”

Sendo assim, esta relatoria emite seu parecer favorável ao Projeto nº 364/07.

Sala das Comissões, em 10.07.07.  
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 364/07

Fica acrescido parágrafo único ao artigo 2º, do Projeto de Lei nº 364/07, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Que a doação tenha o destino específico para manutenção da escola municipal, não podendo ter outro fim, sob pena de a presente lei tornar-se sem efeito, retornando o imóvel ao patrimônio do estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 12.07.07.  
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do Serviço Voluntário Ambiental no âmbito do estado e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 415/07

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cida Borghetti, tem o condão de instituir o Serviço Ambiental Voluntário no estado do Paraná, criando assim, normas que facilitem a adesão de todos aqueles que desejam, mas não sabem como auxiliar na preservação ambiental.



### Legitimidade e Legalidade

A nossa Constituição Federal, em seu artigo 225, consciente de vital necessidade da preservação do meio ambiente, impôs ao estado o dever de promover a sua defesa e proteção, a saber:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Nesse contexto, o projeto de lei em exame demonstra-se em plena consonância com os objetivos propostos pelo nosso texto constitucional, bem como se amolda perfeitamente aos deveres atribuídos à administração pública.

De igual modo, da análise da competência legislativa, afere-se sua legitimidade, porquanto incumbe ao Poder Legislativo Estadual dispor concorrentemente sobre o tema.

Assim dispõe a Constituição Federal em seu artigo 24:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

Por derradeiro, no que tange a análise da técnica legislativa utilizada, observa-se que foram atendidas todas as disposições expressas na Lei Complementar nº 095/98, que estabelece normas acerca da redação e elaboração legislativa.

### Conclusão

Desse modo, o projeto em análise encontra-se em conformidade com os aspectos constitucionais, visto que, fundado nos artigos supracitados, demonstrou-se que há legitimidade do Poder Legislativo para tratar da matéria ora em análise.

Assim, também, o projeto em questão, quanto à elaboração legislativa, atendeu aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

Dessa forma, diante do acima exposto, opinamos pela sua plena aprovação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 415/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do Serviço Voluntário Ambiental no âmbito do estado do Paraná, instituindo assim normas que facilitem a adesão de todos aqueles que desejam, mas não sabem como auxiliar na preservação ambiental.

### Legitimidade e Legalidade

A Constituição Federal em seu Capítulo VI - Do Meio Ambiente, artigo 225 diz:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

O referido projeto de lei, demonstra consonância com a nossa Magna Carta em seu artigo 225, e com a nossa Constituição Estadual em seu artigo 24, respeitando-as em seus objetivos propostos.

### Conclusão

O presente projeto de lei, encontra-se em conformidade com as normas constitucionais, demonstrando legitimidade por parte deste Poder para tratar da matéria ora em análise, atendendo requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

E, não havendo nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária e a importância do tema em questão, "preservação ambiental voluntariado", esta comissão é de parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2214, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2217 e 2218, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Presidente da SUDERHSA, o nosso amigo Darcy, ex-Deputado, companheiro e recordista na perfuração de poços artesianos no Brasil, o Darcy Deitos.

### Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 258, 374, 388 e 411/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364 e 415/07.

Levanta-se a Sessão.